

G10 Transportes S.A.

Relatório do auditor independente acompanhado das demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Ayrton Senna da Silva, 300 -
3º andar, sala 311 Gleba Palhano,
Londrina (PR) Brasil

T +55 43 3306-1047

Aos Administradores e Acionistas da
G10 Transportes S.A.
Maringá – PR

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da G10 Transportes S.A. (“Companhia”), identificada como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações dos resultados, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidado da G10 Transportes S.A. (“Companhia”) em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para auditoria

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e controladas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

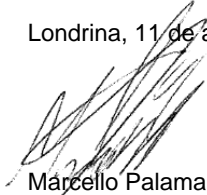
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a esses riscos, além disso, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e nas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Londrina, 11 de abril de 2022



Marcello Palamartchuk
CT CRC 1PR-049.038/O-9

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

G10 Transportes S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	7.345	19.677	7.291	19.674
Contas a receber clientes e outros créditos	10	258.148	156.154	260.061	156.148
Impostos a recuperar	11	47.191	31.381	47.191	31.381
Despesas antecipadas		98	88	98	88
Outros créditos		212	186	212	186
Total do ativo circulante		312.994	207.486	314.853	207.477
Não circulante					
Contas a receber clientes e outros créditos	10	763	-	763	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	2.363	2.515	2.363	2.515
Depósitos judiciais		290	207	290	207
Investimentos	12	4.298	3.349	41.980	41.545
Propriedade para investimentos	13	1.790	-	-	-
Direito de uso de arrendamento mercantil	15	412	582	412	582
Imobilizado	14	61.567	57.968	20.376	18.962
Intangível		131	167	131	167
Total do ativo não circulante		71.614	64.788	66.315	63.978
Total do ativo		384.608	272.274	381.168	271.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

G10 Transportes S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	131.248	61.752	131.248	61.748
Fornecedores e outras contas a pagar	17	64.745	51.131	64.479	50.626
Obrigações fiscais e tributárias	18	7.682	7.912	7.656	7.892
Obrigações sociais e trabalhistas		5.774	4.742	5.401	4.353
Adiantamentos de clientes	19	29.690	18.750	29.690	18.270
Outras obrigações		3.859	1.222	2.390	1.223
Total do passivo circulante		242.998	145.509	240.864	144.112
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	56.384	52.639	56.384	52.639
Fornecedores e outras contas a pagar	17	310	3.151	880	3.680
Obrigações fiscais e tributárias	18	2.961	4.929	2.961	4.929
Total do passivo não circulante		59.655	60.719	60.225	61.248
Patrimônio líquido	23				
Capital social		16.000	16.000	16.000	16.000
Reservas de lucros		64.079	50.095	64.079	50.095
Total do patrimônio líquido		80.079	66.095	80.079	66.095
Participação de acionistas não controladores		1.876	(49)	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido		384.608	272.274	381.168	271.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

G10 Transportes S.A.

Demonstrações de resultados Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	24	1.931.879	1.349.400	1.929.918	1.349.654
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	25	(1.807.121)	(1.253.678)	(1.806.984)	(1.253.678)
Lucro bruto		124.758	95.722	122.934	95.976
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	26	(94.469)	(67.927)	(91.692)	(66.052)
Resultado de equivalência patrimonial	12	-	-	(445)	(558)
Outras receitas (despesas)	28	8.220	1.797	7.707	1.752
		(86.249)	(66.130)	(84.430)	(64.858)
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		38.509	29.592	38.504	31.118
Receitas financeiras		1.066	2.103	1.056	2.050
Despesas financeiras		(25.439)	(11.958)	(25.424)	(11.949)
Resultado financeiro líquido	27	(24.373)	(9.855)	(24.368)	(9.899)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		14.136	19.737	14.136	21.219
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	(152)	2.515	(152)	2.515
Lucro do exercício		13.984	22.252	13.984	23.734
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		14.006	22.252	13.984	23.734
Acionistas não controladores		(22)	-	-	-
Lucro do exercício		13.984	22.252	13.984	23.734

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

G10 Transportes S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Resultado do exercício	13.984	22.252	13.984	23.734
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	13.984	22.252	13.984	23.734

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

G10 Transportes S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Nota	Reservas de lucros				Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2019	16.000	-	-	-	26.361	42.361	-	42.361
Capital social a integralizar - acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	(49)	(49)
Lucro do exercício	-	-	-	-	23.734	23.734	-	23.734
Destinação do lucro:								
Constituição reserva de incentivos fiscais	-	-	26.361	-	(26.361)	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	1.187	-	-	(1.187)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	22.547	(22.547)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	16.000	1.187	26.361	22.547	-	66.095	(49)	66.046
Aumento de capital - acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	1.925	1.925
Lucro do exercício	-	-	-	-	13.984	13.984	-	13.984
Destinação do lucro:								
Constituição reserva de incentivos fiscais	-	-	22.547	(22.547)	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	699	-	-	(699)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	13.285	(13.285)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	16.000	1.886	48.908	13.285	-	80.079	1.876	81.955

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

G10 Transportes S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	13.984	21.714	13.984	21.219
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais				
Depreciação	4.304	4.495	4.282	4.495
Amortização intangível	36	51	36	51
Amortização direito de uso de arrendamento mercantil	170	194	170	194
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	3.945	1.667	3.945	1.667
Ajuste a valor presente de clientes	-	447	-	447
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	445	558
Baixa de ativo imobilizado	956	1.462	956	1.462
Juros sobre empréstimos e financiamentos	1.971	577	1.971	577
Imposto de renda e contribuição social diferidos	152	(2.515)	152	(2.515)
Participação de não controladores	1.925	-	-	-
	27.443	28.092	25.941	28.155
Varição nos ativos e passivos				
Contas a receber clientes e outros créditos	(106.702)	(51.450)	(108.621)	(51.444)
Impostos a recuperar	(15.810)	(9.670)	(15.810)	(9.670)
Despesas antecipadas	(10)	23	(10)	23
Outros créditos	(26)	(108)	(26)	(108)
Depósitos judiciais	(83)	(36)	(83)	(36)
Fornecedores e outras contas a pagar	10.773	(1.217)	11.053	(1.193)
Obrigações fiscais e tributárias	(2.198)	10.107	(2.204)	10.087
Obrigações sociais e trabalhistas	1.032	530	1.048	141
Adiantamentos de clientes	10.940	7.390	11.420	6.910
Outras obrigações	2.637	678	1.167	1.223
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(72.004)	(15.661)	(76.125)	(15.912)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Imobilizado	(8.859)	(14.379)	(6.652)	(14.126)
Intangível	-	(207)	-	(207)
Direito de uso de arrendamento mercantil	-	(776)	-	(776)
Propriedade para investimentos	(1.790)	-	-	-
Investimentos	(949)	(2.800)	(876)	(2.801)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(11.598)	(18.162)	(7.528)	(17.910)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Captações de empréstimos	219.513	585.442	219.513	585.438
Liquidações de empréstimos e financiamentos	(131.937)	(527.634)	(131.937)	(527.634)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(16.306)	(6.344)	(16.306)	(6.344)
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento	71.270	51.464	71.270	51.460
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(12.332)	17.641	(12.383)	17.638
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	19.677	2.036	19.674	2.036
Caixa e equivalentes de caixa - no final do exercício	7.345	19.677	7.291	19.674
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(12.332)	17.641	(12.383)	17.638

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A G10 Transportes S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia está sediado na Rodovia PR 317, nº 4652, bloco 4, Parque Industrial 200, Maringá, Paraná, fundada em 2005.

Em 21 de outubro de 2020, através de Assembleia Geral de Transformação, a empresa transforma seu tipo societário de limitada para sociedade por ações, conforme 43ª alteração contratual, registrada em 10/11/2020 sob número 4130038781.

A sua principal atividade é a de transporte de cargas, especialmente *commodities*, e o comércio por atacado de grãos, tendo operação comercial nas 5 regiões do território brasileiro. A Companhia é detentora de 136 postos de atendimento (não auditado), distribuídos pelas regiões.

O Grupo G10 Transportes está entre as 5 maiores empresas do ramo de transportes rodoviários de cargas do Brasil (não auditado).

No exercício de 2021, as atividades de transporte da Companhia em sua totalidade foram compreendidas por atividades de agenciamento de transportes. Para 2022, a Companhia prevê a aquisição de frotas próprias visando aumentar a margem operacional de suas atividades.

A Companhia e o mercado de transportes rodoviários enfrentaram em 2021 severos incrementos em seus custos e despesas. Entretanto, a gestão da Companhia vem adotando e mantendo ações contínuas de eficiências como pode ser percebido em seu resultado.

Adicionalmente, de forma estratégia para o exercício de 2021, a Companhia reduziu suas margens de intermediação para ter um aumento do *market share*, o que resultou na diminuição do lucro bruto e aumento das operações no exercício de 2021.

COVID-19:

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e geraram impactos nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

No decorrer do exercício, a administração avaliou de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações e nas demonstrações contábeis. As principais medidas foram tomadas:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como plano de home office das equipes quando possível, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis;
- Negociação com fornecedores para avaliação de prazos de entregas visto ao novo cenário;
- Avaliação das condições de pagamento com os fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez; Monitoramento do valor de recuperabilidade dos recebíveis.

2. Relação de entidades controladas

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Veja política contábil na Nota Explicativa nº 7.

A Empresa consolidada nas demonstrações contábeis descrevemos a seguir:

Participação Acionária		2021	2020
Consolidado			
G10 Parking Atividades Aux. dos Transportes S.A.	Coligada	95,26%	99,74%

As atividades da referida coligada estão descritas a seguir:

G10 Parking Atividades Auxiliares dos Transportes S.A.:

A G10 Parking Atividades Auxiliares dos Transportes S.A.. atua no segmento de auxílio dos transportes terrestres e estacionamentos rotativos.

3. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 11 de abril de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 8.

4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 10** – Mensuração de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes e outros créditos;
- **Nota Explicativa nº 11** – Avaliação ao valor justo dos impostos a recuperar;
- **Nota Explicativa nº 14** – Mensuração da vida útil dos bens do ativo imobilizado;
- **Nota Explicativa nº 29** – Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está incluída na seguinte nota explicativa:

- **Nota Explicativa nº 21** – Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

c) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 03 com reporte diretamente ao Diretor Administrativo/Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos está incluída na seguinte nota explicativa:

- **Nota Explicativa nº 29** – Instrumentos financeiros.

6. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros são mensurados pelo valor justo
- Os instrumentos financeiros não-derivativos são designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

7. Principais políticas contábeis

a) Receita operacional

i) Prestação de serviços

A Companhia está envolvida no transporte rodoviário de cargas, municipal, intermunicipal, interestadual e internacional.

Quando serviços incluídos em um mesmo acordo são prestados em períodos diferentes, a receita é alocada com base nos valores justos relativos de cada período.

A Companhia reconhece a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço na data do balanço. O estágio de conclusão é avaliado por referência às avaliações de percentual de trabalhos realizados.

ii) Vendas de bens

A receita operacional é reconhecida quando: **(i)** os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador; **(ii)** for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia; **(iii)** os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável; **(iv)** não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; e **(v)** o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

iii) Subvenção e assistência governamental

As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que estas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

No caso das subvenções oriundas de benefícios fiscais de ICMS, estas não são consideradas como receita, uma vez que o efeito no resultado está ligado a apuração de ICMS e não ao fato de serem consideradas subvenção para investimento.

b) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber);
- A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A Companhia classifica os juros sobre capital próprio pagos e recebidos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

c) Moeda estrangeira

i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

d) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais, compensado 100% do prejuízo acumulado.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação a diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f) Propriedades para investimentos

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e, subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

g) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia para os CPCs (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As taxas de depreciação estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Veículos pesados	20%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informação	20%
Edificações	4%
Veículos leves	20%

h) Ativos intangíveis

i) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

ii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. A vida útil estimada é a seguinte:

- **Software:** 05 anos.

i) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

j) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i) Ativos financeiros não derivativos – Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

ii) Passivos financeiros não derivativos – Mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

k) Prática de arrendamento

A partir de 1º de janeiro de 2020 a Companhia adotou o pronunciamento contábil CPC 06 (R2) – IFRS 16 Arrendamento Mercantil, que estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, substituindo as normas anteriores de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O pronunciamento busca determinar se um contrato contém um acordo de arrendamento ou se é um contrato de serviços.

Caracterizado o arrendamento, o direito de uso é registrado no ativo e devidamente depreciado, em contra partida também são registrados os passivos oriundos da operação.

l) Capital Social

As ações emitidas e integralizadas são classificadas como patrimônio líquido.

m) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

n) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

8. Novas normas e interpretações que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas que estão em vigência a partir de 1º de janeiro de 2021 não trouxeram impacto sobre as demonstrações contábeis da Sociedade. A Administração da Sociedade está acompanhando as atualizações e avaliando às novas normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas, porém não espera impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

9. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	1.034	5.299	985	5.298
Bancos conta movimento	2.751	1.262	2.746	1.260
Aplicações financeiras	3.560	13.116	3.560	13.116
Total	7.345	19.677	7.291	19.674

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se aos investimentos em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), fundos de renda fixa e operações compromissadas, remuneradas com base na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (99% do CDI em média).

Garantias

Nas datas de levantamento das demonstrações contábeis, existiam aplicações financeiras oferecidas a terceiros como garantias relacionadas aos empréstimos bancários, as quais totalizaram R\$ 3.231 em 2021. Não existiam aplicações oferecidas como garantias em 31 de dezembro de 2020.

10. Contas a receber de clientes e outros créditos

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
Contas a receber mercado nacional	-	194.986	125.738	192.327	125.738
Contas a receber partes relacionadas	22	2.217	796	2.217	796
Serviços a faturar	-	52.952	22.992	52.952	22.992
Valores em custódia	-	2.044	2.731	2.044	2.731
Adiantamentos a fornecedores partes relacionadas	22	3.003	40	7.575	40
Adiantamentos a funcionários	-	9.001	5.730	9.001	5.724
Adiantamentos a funcionários	-	321	236	321	242
(-) Ajuste ao valor presente (a)	-	-	(447)	-	(447)
(-) Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	(5.613)	(1.668)	(5.613)	(1.668)
Total		258.911	156.154	260.824	156.148
Circulante	-	258.148	156.154	260.061	156.148
Não circulante	-	763	-	763	-
Total		258.911	156.154	260.824	156.148

(a) A administração da Companhia reconheceu ajuste a valor presente para todos os valores apresentados em contas a receber, sendo descontado pela taxa de custo de capital (WACC) de 10,32% ao ano. Para o exercício de 2021, a Companhia não reconheceu o ajuste a valor presente.

Movimentação PECLD:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial 1º de janeiro	(1.668)	-	(1.668)	-
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(3.945)	(1.668)	(3.945)	(1.668)
Total	(5.613)	(1.668)	(5.613)	(1.668)

Garantias

Nas datas de levantamento das demonstrações contábeis, não existiam duplicatas a receber oferecidos a terceiros como garantias relacionadas aos empréstimos bancários.

Idade de vencimento de contas a receber de clientes e outros créditos:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
A vencer	195.362	96.934	197.725	96.928
Vencidos:				
Vencido até 30 dias	26.757	29.288	26.757	29.288
Vencido de 31 até 60 dias	8.070	12.229	8.070	12.229
Vencido de 61 até 90 dias	6.888	5.292	6.888	5.292
Vencido de 91 até 180 dias	9.929	6.655	9.929	6.655
Vencido de 181 até 360 dias	7.411	1.188	7.411	1.188
Vencido acima de 361 dias	10.107	6.683	10.107	6.683
Total	264.524	158.269	266.437	158.263

11. Impostos a recuperar

Item	Consolidado		Controladora		
	2021	2020	2021	2020	
IRPJ a recuperar	(c)	1.941	1.745	1.941	1.745
CSLL a recuperar	(c)	742	592	742	592
PIS a recuperar	(a)	7.821	5.016	7.821	5.016
Cofins a recuperar	(a)	35.961	23.052	35.961	23.052
INSS a recuperar	(b)	321	321	321	321
ICMS a recuperar		403	655	403	655
ISS a recuperar		2	-	2	-
Total		47.191	31.381	47.191	31.381

- (a) Os montantes envolvidos estão relacionados aos créditos apropriados, mas não utilizados nas apurações mensais, conforme regime não cumulativo instituído pelas leis nºs 10.637/02 e 10.833/03. O referido montante de R\$ 43.782 (R\$ 28.068 em 31 de dezembro de 2020), será utilizado nas apurações mensais desses tributos no decorrer do ano de 2022, e, se for necessário, estarão à disposição para solicitação de restituição ou pedidos de compensação perante a Receita Federal do Brasil. A Companhia realiza prestação de serviço de transporte em operações de exportação, estando essas operações sujeitas à isenção ou suspensão de PIS e Cofins, havendo previsão legal, para a manutenção dos créditos relativos às aquisições de serviços e insumos. Com base na realização dos créditos não há necessidade de constituição de ajuste a valor presente de impostos a recuperar.
- (b) A Companhia obteve ganho na ação que questionava a incidência da contribuição previdenciária sobre o faturamento, conforme Lei nº 12.546/11 (Lei “desoneração da folha”). Com o trânsito em julgado da ação, em 2019 a Companhia habilitou o crédito perante a Receita Federal do Brasil, utilizando-o para compensação de valores a recolher de contribuição previdenciária do período em questão. O saldo não compensado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 321 (R\$ 321 em 31 de dezembro de 2020). Por fim, o saldo será atualizado pelos juros Selic quando da compensação do referido crédito.
- (c) Os valores foram constituídos pelo imposto sobre a renda retido na fonte (IRRF) sobre os rendimentos de aplicações financeiras realizadas no decorrer dos anos de 2019 e 2020, bem como as retenções de órgãos público (CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento), além das estimativas de IRPJ e CSLL recolhidos durante o mesmo período. Por fim, o saldo será atualizado pelos juros Selic quando da compensação do referido crédito e poderão ser compensados a partir da apresentação da Escrituração Contábil Fiscal (ECF).

12. Investimentos

Composição dos saldos

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Investimento avaliado por equivalência patrimonial				
G10 Parking Atividades Aux. dos Transportes Ltda.	-	-	37.682	38.196
Total	-	-	-	38.196
Outros investimentos				
Outros investimentos (i)	4.298	3.349	4.298	3.349
Total	4.298	3.349	41.980	3.349
Total Investimentos	4.298	3.349	41.980	41.545

(i) Saldos compostos por quotas de capital em cooperativas de crédito, consórcios e previdência.

Movimentação do investimento avaliado por equivalência patrimonial

	G10 Parking	G10 Parking
	S.A.	S.A.
	2021	2020
Participação no capital em 31 de dezembro		
% Participação	95,26%	99,74%
Quantidade total de quotas:	40.682.776	38.753.100
Quantidade de quotas possuídas:	38.753.100	38.652.342
Informações da investida em 31 de dezembro		
Capital social	40.683	38.853
(-) Capital a integralizar	-	(50)
Prejuízos acumulados	(657)	(594)
Prejuízo do exercício	(467)	(64)
Patrimônio líquido da investida	39.559	38.273
Saldo do investimento em 1º de janeiro		
	38.196	-
Aporte de capital	-	38.753
Varição na participação relativa	(69)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(445)	(558)
Saldo do investimento em 31 de dezembro	37.682	38.196

13. Propriedade para investimento

A Controlada G10 Parking, efetuou a aquisição no exercício de 2021 de um imóvel o qual está destinado para valorização de capital, portanto, está sendo apresentado como propriedade para investimento.

A administração entende que o valor justo do imóvel está linha com o custo de aquisição e portanto, não efetuou a análise do valor justo da propriedade para investimento.

14. Imobilizado

Consolidado

a) Composição do saldo

	Taxa de depreciação a.a.	2021		2020	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	0%	40.583	-	40.583	38.753
Veículos pesados	20%	4.530	(2.034)	2.496	2.801
Máquinas e equipamentos	10%	4.591	(1.740)	2.851	2.069
Móveis e utensílios	10%	1.750	(534)	1.216	835
Equipamentos de informação	20%	5.765	(2.661)	3.104	2.575
Edificações	4%	2.103	(482)	1.621	1.675
Veículos leves	20%	16.322	(6.626)	9.699	9.260
Total		75.644	(14.077)	61.567	57.968

b) Movimentação do custo e depreciação

	Saldo 2020	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo 2021
Terrenos	38.753	1.830	-	-	40.583
Veículos pesados	2.801	426	-	(731)	2.496
Máquinas e equipamentos	2.069	1.117	(2)	(333)	2.851
Móveis e utensílios	835	528	-	(147)	1.216
Equipamentos de informação	2.575	1.629	(273)	(827)	3.104
Edificações	1.675	30	-	(84)	1.621
Veículos leves	9.260	3.299	(681)	(2.182)	9.699
Total	57.968	8.859	(956)	(4.304)	61.567

c) Movimentação do custo e depreciação exercício anterior

	Saldo 2019	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo 2020
Terrenos	-	38.753	-	-	38.753
Veículos pesados	753	2.890	(168)	(674)	2.801
Máquinas e equipamentos	1.796	1.169	(19)	(877)	2.069
Móveis e utensílios	624	376	-	(165)	835
Equipamentos de informação	1.483	2.074	(316)	(666)	2.575
Edificações	1.591	468	-	(384)	1.675
Veículos leves	4.546	7.402	(959)	(1.729)	9.260
Total	10.793	53.132	(1.462)	(4.495)	57.968

Controladora

a) Composição do saldo

	Taxa de depreciação a.a.	2020		2019	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Veículos pesados	20%	4.530	(2.034)	2.496	2.801
Máquinas e equipamentos	10%	4.160	(1.720)	2.440	2.028
Móveis e utensílios	10%	1.742	(532)	1.210	828
Equipamentos de informação	20%	5.756	(2.655)	3.101	2.568
Edificações	4%	1.891	(459)	1.432	1.477
Veículos leves	20%	16.322	(6.625)	9.697	9.260
Total		34.401	14.025	20.376	18.962

b) Movimentação do custo e depreciação

	Saldo 2020	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo 2021
Veículos pesados	2.800	426	-	(730)	2.800
Máquinas e equipamentos	2.028	740	(2)	(326)	2.028
Móveis e utensílios	828	528	-	(146)	828
Equipamentos de informação	2.568	1.629	(273)	(823)	2.568
Edificações	1.477	30	-	(75)	1.477
Veículos leves	9.261	3.299	(681)	(2.182)	9.261
Total	18.962	6.652	(956)	(4.282)	18.962

c) Movimentação do custo e depreciação exercício anterior

	Saldo 2019	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo 2020
Veículos pesados	753	2.889	(168)	(674)	2.800
Máquinas e equipamentos	1.796	1.128	(19)	(877)	2.028
Móveis e utensílios	624	369	-	(165)	828
Equipamentos de informação	1.483	2.067	(316)	(666)	2.568
Edificações	1.591	270	-	(384)	1.477
Veículos leves	4.546	7.403	(959)	(1.729)	9.261
Total	10.793	14.126	(1.462)	(4.495)	18.962

Garantias

Nas datas de levantamento das demonstrações contábeis, existiam bens do ativo imobilizado oferecidos a terceiros como garantias relacionadas aos empréstimos bancários no montante de R\$ 12.384 (R\$ 8.904 em 31 de dezembro de 2020), conforme detalhado na Nota Explicativa nº 18.

Valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de *impairment*.

15. Direito de uso de arrendamento mercantil

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer amortização acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo do arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, quando essa taxa não pode ser determinada imediatamente, geralmente, a taxa média dos empréstimos como taxa de desconto.

A Companhia, em plena conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Tal vedação gera distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

A natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos está registrada como custo de amortização dos ativos de direito de uso do arrendamento mercantil. As despesas financeiras sobre as obrigações de arrendamento mercantil são reconhecidas e demonstradas como despesas de juros.

A Companhia não reconhece um ativo e passivo de arrendamento mercantil para contratos com prazo inferior a 12 meses, e/ou de baixo valor. Para os contratos com prazo indeterminado, a Administração da Companhia estimou o direito de uso de ativo de arrendamento mercantil em 5 anos.

15.1. Direito de uso de arrendamento mercantil

	Prazo de vigência dos contratos	Custos	Amortização	Líquido 31/12/2021	Líquido 31/12/2020
Imóveis	1 a 5 anos	776	(364)	412	582
Saldos em 31 de dezembro				412	582

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante	297	288
Passivo não circulante	-	865
Total – fornecedores arrendamento nota 17	297	1.153

16. Empréstimos e financiamentos

Os montantes devidos, termos e prazos para cada modalidade de empréstimos são apresentados abaixo:

Modalidade	Taxa de juros	Garantias	Consolidado		Controladora	
			2021	2020	2021	2020
Em moeda nacional (R\$)						
Capital de giro	0,21% a 1,14%a.m. + CDI	Aval	153.168	90.062	153.168	90.062
Finame	0,59% a 1,15% a.m.	Bens	5.000	7.443	5.000	7.443
Contas garantida	0,37% a 1,02% a.m. + CDI	Aval	21.971	9.815	21.971	9.811
		Aval e				
Leasing	0,49% a 0,88% a.m.	bens	1.883	1.461	1.883	1.461
Mútuos – Partes relacionadas – Nota nº 21			5.610	5.610	5.610	5.610
Total			187.632	114.391	187.632	114.387
Circulante			131.248	61.752	131.248	61.748
Não circulante			56.384	52.639	56.384	52.639
Total			187.632	114.391	187.632	114.387

Movimentação empréstimos e financiamentos:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Saldo anterior	114.391	62.350	114.387	62.350
Captações	221.484	585.442	221.484	585.438
Liquidações	(131.937)	(527.634)	(131.937)	(527.634)
Juros	(16.306)	(5.767)	(16.306)	(5.767)
Saldo em 31 de dezembro	187.632	114.391	187.632	114.387

Finame: Financiamento para aquisição de equipamentos e veículos de frota leve;

Leasing: Financiamento para aquisição de equipamentos e veículos de frota leve.

O cronograma de vencimentos do endividamento está apresentado abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Até um ano	131.248	59.839	131.248	59.836
Entre 1 e 2 anos	48.783	30.788	48.783	30.788
Entre 3 e 4 anos	6.469	16.785	6.469	16.785
Mais de 4 anos	1.132	6.979	1.132	6.979
Total	187.632	114.391	187.632	114.387

Compromissos (covenants)

Os contratos de financiamentos mantidos pela Companhia junto às instituições financeiras não contêm cláusulas de compromissos (covenants), relacionados a aspectos administrativos e operacionais, em 31 de dezembro de 2021.

17. Fornecedores e outras contas a pagar

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
Fornecedores nacionais	-	23.613	7.230	22.828	7.213
Fretes a pagar	-	16.863	22.641	16.863	22.641
Fornecedores - arrendamento	14	297	1.153	297	1.153
Fornecedores partes relacionadas	22	24.282	23.258	25.371	23.299
Total		65.055	54.282	65.359	54.306
Circulante		64.745	51.131	64.479	50.626
Não circulante		310	3.151	880	3.680
Total		65.055	54.282	65.359	54.306

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Idade de vencimento de contas a pagar de fornecedores e outras contas a pagar:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
A vencer	37.560	35.300	37.864	35.324
Vencidos				
Vencido até 30 dias	18.415	6.926	18.415	6.926
Vencido de 31 até 60 dias	3.548	2.369	3.548	2.369
Vencido de 61 até 90 dias	738	1.284	738	1.284
Vencido de 91 até 180 dias	1.557	1.366	1.557	1.366
Vencido de 181 até 360 dias	2.047	2.953	2.047	2.953
Vencido acima de 361 dias	1.190	4.084	1.190	4.084
Total	65.055	54.282	65.359	54.306

18. Obrigações fiscais e tributárias

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
IR a recolher	19	10	19	10
ICMS a recolher	3.782	3.131	3.782	3.131
ISS a recolher	37	35	37	35
INSS a recolher	1.146	549	1.146	549
Parcelamentos estaduais	2.506	5.111	2.506	5.111
Parcelamentos previdenciários	3.101	3.969	3.101	3.969
Outros Impostos a recolher	52	36	26	16
Total	10.643	12.841	10.617	12.821
Circulante	7.682	7.912	7.656	7.892
Não circulante	2.961	4.929	2.961	4.929
Total	10.643	12.841	10.617	12.821

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado é demonstrada abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Lucro contábil antes do IR e CS	14.136	21.219	14.136	21.219
Adições permanentes	4.050	31.451	4.050	31.451
Adições temporárias	288	4.433	288	4.433
Exclusões permanentes (a)	(51.350)	(60.071)	(51.350)	(60.071)
Exclusões temporárias	(735)	-	(735)	-
Prejuízo fiscal antes das compensações de prejuízos	(32.611)	(2.968)	(32.611)	(2.968)
(-) Compensação de prejuízos de períodos anteriores	-	-	-	-
Prejuízo fiscal	(32.611)	(2.968)	(32.611)	(2.968)
Taxa nominal combinada 25% de IRPJ e 9% CSLL	34%	34%	34%	34%
Subtotal Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes/Diferidos	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(152)	2.515	(152)	2.515
Total Imposto de Renda e Contribuição Social	(152)	2.515	(152)	2.515
Taxa efetiva	(0,47%)	11,85%	(0,47%)	11,85%

(a) Valor composto basicamente de benefícios fiscais concedidos pelos Estados onde atua, caracterizados como Subvenção para Investimento, fundamentado na Lei Complementar nº 160/2017. Em 2021, a Companhia obteve benefícios fiscais referentes ao ICMS, os quais são classificados como subvenções para investimentos, conforme previsto na Lei. Os incentivos fiscais obtidos foram (i) o crédito presumido de ICMS nas operações de transportes de cargas, e, nos Estados de Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná,

19. Adiantamento de clientes

Os adiantamentos no montante de R\$ 29.690 em 2021 (R\$ 18.270 em 2020) na controladora e R\$ 29.690 (R\$ 18.750 em 2020) no consolidado, é referente aos adiantamentos realizados a fim de validação das operações dos carregamentos efetuados.

20. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados de modo a refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base tributável dos ativos e passivos, e os respectivos valores contábeis. A composição dos saldos dos tributos diferidos líquidos é demonstrada a seguir:

	Consolidado e Controladora			
	Base de Cálculo		Valor	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda				
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	6.920	6.950	1.730	1.738
Ajuste ao valor presente	-	447	-	112
Contribuição Social				
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	6.920	6.950	623	626
Ajuste ao valor presente	-	447	-	40
Total tributos diferidos			2.353	2.515

21. Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal e trabalhistas, no curso normal de seus negócios. A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos, análise de demandas judiciais pendentes, quanto às ações trabalhistas e tributárias, com base em experiências anteriores referente às quantias reivindicadas, optou por não constituir provisões no exercício de 2021.

Com base em parecer dos assessores jurídicos da Companhia, os processos de natureza tributária, cível e trabalhistas estão assim compostos:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Provável	2.664	15
Possível	39.318	35.190

A Companhia é também parte, no polo ativo, em outros processos que buscam, principalmente, a execução de títulos de créditos vinculados a seus recebíveis de clientes e créditos tributários.

22. Partes relacionadas

No decorrer de suas operações, direitos e obrigações são contraídos entre partes relacionadas, oriundas de operações de venda e compra de produtos e prestação de serviços, assim essas transações comerciais, como compra e venda de mercadorias e prestação de serviços entre essas entidades são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes não partes relacionadas.

As operações de mútuos são pactuadas em condições normais de mercado para operações semelhantes, baseadas em contrato, com vencimentos definidos e atualização monetária.

A seguir são apresentados os saldos patrimoniais entre partes relacionadas:

Operações mercantis	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
Cordioli Transportes Ltda.		6	27	6	27
G10 Auto Posto		-	157	-	157
Rodofaixa Transportes Ltda.		-	11	-	11
Transpanorama Transportes Ltda.		1.448	593	1.448	593
VMH Transportes Ltda.		-	8	-	8
Saldos a receber de sócios		763	-	763	-
Total geral de contas a receber de partes relacionadas	10	2.217	796	2.217	796
Transpanorama Transportes Ltda.		1.000	40	1.000	40
G10 Auto Posto		2.003	-	2.003	-
G10 Parking		-	-	4.572	-
Total geral de adiantamentos a partes relacionadas	10	3.003	40	7.575	40
Total contas a receber de partes relacionadas		5.220	836	9.792	836

Operações financeiras	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
Panorama Invest. e Participações Ltda.		5.610	5.610	5.610	5.610
Total empréstimos com partes relacionadas	15	5.610	5.610	5.610	5.610

Operações mercantis	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
Cordioli Transportes Ltda.		7.192	6.412	7.192	6.412
G10 Auto Posto		-	3.513	-	2.456
G10 Parking Ltda.		-	-	1.089	1.099
Rodofaixa Transportes Ltda.		5.220	4.496	5.220	4.496
Transpanorama Transportes Ltda.		4.693	5.369	4.693	5.369
VMH Transportes Ltda.		4.838	3.468	4.838	3.468
Falleiro Transportes Ltda.		2.339	-	2.339	-
Total contas a pagar com partes relacionadas	17	24.282	23.258	25.371	23.299

As operações mercantis com partes relacionadas, são realizadas em condições comparáveis com o mercado, e as operações de mútuo com partes relacionadas são realizadas em condições específicas acordadas entre as respectivas partes. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes a partes não relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos diretores é paga por meio das empresas participantes do grupo.

23. Capital social e reservas

a) Capital social

O capital social, integralmente realizado, é representado por 16.000.000 de ações conforme segue abaixo:

	Ações	Valor	%
Panorama - Investimentos e Participações Ltda.	6.240.000	6.240	39%
Falleiro Investimentos e Participações Ltda	3.040.000	3.040	19%
CTL Investimentos e Participações Ltda.	2.720.000	2.720	17%
RTL Participações e Investimentos Ltda.	2.080.000	2.080	13%
V.M.H Transportes Ltda.	1.920.000	1.920	12%
Total	16.000.000	16.000	

Em 21 de outubro de 2020, através de Assembleia Geral de Transformação, a empresa transforma seu tipo societário de limitada para sociedade por ações, conforme 43ª alteração contratual, registrada em 10/11/2020 sob número 4130038781.

b) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido ajustado apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6404/76 e corresponde a transferência dos lucros acumulados para a Reserva de Retenção de Lucros deduzindo as distribuições de lucros, juros sobre capital próprio e outras Reservas, se existir.

Reserva de incentivos fiscais

A Reserva de incentivos fiscais foi constituída em conformidade com o artigo 195 da Lei nº 6404/76, decorrente de benefícios fiscais concedidos pelos Estados onde atua, caracterizados como Subvenção para Investimento, fundamentado na Lei Complementar nº 160/2017.

Em 2021, a Companhia obteve benefícios fiscais referentes ao ICMS, os quais são classificados como subvenções para investimentos, conforme previsto na Lei.

Os incentivos fiscais obtidos foram **(i)** o crédito presumido de ICMS nas operações de transportes de cargas, e, nos Estados de Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, **(ii)** a isenção e não incidência do próprio ICMS. Tais benefícios totalizaram o montante de R\$ 51.350 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 59.513 em 2020).

Em dezembro de 2021 a Companhia constituiu a reserva no montante de R\$ 22.548 de reserva de incentivos fiscais.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Composto pela avaliação patrimonial efetuada para aplicação do custo atribuído.

A Companhia efetuou aporte de capital na G10 Parking Atividades Auxiliares dos Transportes S.A.. mediante transferência da propriedade para investimento.

d) Distribuição de lucros e juros sobre o capital próprio

A Administração da Companhia não realizou distribuição de lucros em 2021, tampouco em 2020.

24. Receita operacional líquida

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Prestação de serviço de transporte	1.729.294	1.348.490	1.729.294	1.348.490
Receita de prestação de serviço	23.985	16.337	22.024	16.337
Venda de cereais	178.600	124.346	178.600	124.346
Aluguel	-	2.071	-	-
Total de receita	1.931.879	1.491.244	1.929.918	1.489.173

A subvenção para investimento que compõe a reserva de incentivos fiscais, trata-se de benefício fiscal de ICMS de isenção e redução de alíquota. O efeito no resultado de tais benefícios está ligado à apuração do ICMS e não depende do fato de serem considerados subvenção para investimento, ou seja, reconhecer o benefício fiscal de isenção e redução da base de cálculo do ICMS como subvenção para investimento não altera o resultado da Companhia.

A seguir apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Receita bruta fiscal	2.133.463	1.491.244	2.131.216	1.489.173
ICMS sobre vendas	(122.791)	(102.351)	(122.791)	(102.351)
ISS sobre serviços	(907)	(728)	(840)	(666)
PIS sobre vendas e serviços	(22.973)	(17.078)	(22.934)	(17.044)
Cofins sobre vendas e serviços	(105.823)	(78.686)	(105.643)	(78.528)
Devoluções sobre vendas	(620)	(443)	(620)	(443)
Subvenção fiscal (i)	51.530	59.513	51.530	59.513
Total receita operacional líquida	1.931.879	1.351.471	1.929.918	1.349.654

25. Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Fretes e carretos	1.531.354	1.056.300	1.531.354	1.056.300
Custo de mercadorias vendidas	192.059	129.480	192.059	129.480
Custo com pedágio	59.291	52.656	59.291	52.656
Manutenção de veículos	3.957	1.745	3.957	1.745
Perdas com sinistro	2.258	3.801	2.258	10.579
Rastreamento de veículos	2.980	1.380	2.980	1.380
Outros custos operacionais	15.222	8.316	15.085	1.538
Total	1.807.121	1.253.678	1.806.984	1.253.678

26. Despesas gerais e administrativas

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Despesas com pessoal	50.218	35.916	49.194	35.916
Outras despesas	8.819	5.503	8.195	3.628
Serviços de terceiros	11.568	7.750	11.464	7.750
Bens de pequeno valor	586	194	586	194
Despesas com manutenção	7.152	6.962	6.147	6.962
Despesas com viagens	3.619	1.180	3.619	1.180
Depreciação e amortização	4.154	2.928	4.134	2.928
Perdas no recebimento de clientes	4.159	3.001	4.159	3.001
Despesas com aluguéis	2.831	1.995	2.831	1.995
Amortização direito de uso	170	417	170	417
Impostos, taxas e contribuições	1.193	2.081	1.193	2.081
Total	94.469	67.927	91.692	66.052

As variações identificadas nas contas de despesas, se dão devido ao aumento de faturamento durante o exercício de 2020.

27. Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Juros passivos	(18.567)	(7.651)	(18.561)	(7.651)
Despesas bancárias	(2.181)	(2.570)	(2.174)	(2.570)
Descontos concedidos	(2.538)	(1.231)	(2.537)	(1.231)
Variação cambial passiva	(53)	(255)	(53)	(255)
Outras despesas financeiras	(2.100)	(251)	(2.099)	(242)
Total das despesas financeiras	(25.439)	(11.958)	(25.424)	(11.949)
Rendimento aplicações financeiras	103	17	103	17
Variação cambial ativa	1	651	1	651
Descontos obtidos	923	1.358	919	1.358
Outras receitas financeiras	39	77	33	23
Total das receitas financeiras	1.066	2.103	1.056	2.050
Resultado financeiro líquido	(24.373)	(9.855)	(24.368)	(9.899)

O aumento substancial das despesas financeiras ocorreu em razão do incremento do spread bancário (CDI) no exercício de 2021.

28. Outras receitas (despesas)

Substancialmente, no consolidado e na controladora, nesta rubrica de contas estão alocados os valores obtidos de perdão de dívidas junto a partes relacionadas e a baixa de saldos de fretes a pagar de longa data.

29. Instrumentos financeiros

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, preço commodities e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial da Companhia em 31 dezembro de 2021 e 2020 estão identificados a seguir:

	Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	7.345	7.345	19.677	19.677
Contas a receber de clientes e outros créditos	258.911	258.911	156.154	156.154
Total	266.256	266.256	175.831	175.831
Passivos financeiros				
Fornecedores e outras contas a pagar	65.055	65.055	54.282	54.282
Empréstimos e financiamentos	187.632	187.632	114.391	114.391
Adiantamentos de clientes	29.690	29.690	18.750	18.750
Total	282.377	282.377	187.423	187.423
Total	(16.121)	(16.121)	(11.592)	(11.592)

	Controladora			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	7.291	7.291	19.674	19.674
Contas a receber de clientes e outros créditos	260.824	260.824	156.148	156.148
Total	268.115	268.115	175.822	175.822
Passivos financeiros				
Fornecedores e outras contas a pagar	65.359	65.359	54.306	54.306
Empréstimos e financiamentos	187.632	187.632	114.387	114.387
Adiantamentos de clientes	29.690	29.690	18.270	18.270
Total	282.681	282.681	186.963	186.963
Total	(14.566)	(14.566)	(11.141)	(11.141)

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo e suas taxas de remuneração são substancialmente baseadas na variação do CDI (certificado de depósito interbancário);

- **Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar**

Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas.

- **Empréstimos e financiamentos**

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento.

A política de atuação da Companhia no mercado futuro de câmbio futuro visa garantir a rentabilidade das exportações ou se prevenir de flutuações nas taxas de câmbio, quando há pagamentos denominados em moeda estrangeira. A Companhia também assume posições em bolsa de derivativos para se resguardar das flutuações nos preços das commodities.

Os instrumentos financeiros derivativos devem ser avaliados pelo seu valor justo, por meio de utilização de projeções futuras do dólar da BM&F Bovespa e das bolsas internacionais (Chicago) nas datas de apuração. Tal valor corresponde ao ganho ou perda estimada quando da liquidação das posições, nas datas pactuadas e considerando-se as taxas travadas e estimadas.

- a) **Gerenciamento dos riscos financeiros**

- Visão geral**

- A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos, cujo controle e gestão são de responsabilidade da Tesouraria, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Essa política é monitorada permanentemente por executivos financeiros da Companhia, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia da Administração na gestão desses riscos. A política não permite operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. Identificadas as exposições da Companhia, o responsável pela Tesouraria da Companhia precifica e zera seus riscos, buscando proteção com operações no mercado.

- A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
 - Risco cambial;
 - Risco de liquidez;
 - Risco de mercado.

- Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

- Riscos de crédito**

- Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. Esses riscos são administrados por normas específicas da Companhia, de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, tendo a sua carteira de clientes pulverizada. O saldo a receber de clientes é devidamente verificado e efetuado o registro de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), quando necessário.

Abaixo demonstraremos os títulos por idade de vencimento:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
A vencer	195.362	96.934	197.725	96.928
Vencido até 30 dias	26.757	29.288	26.757	29.288
Vencido de 31 até 60 dias	8.070	12.229	8.070	12.229
Vencido de 61 até 90 dias	6.888	5.292	6.888	5.292
Vencido de 91 até 180 dias	9.929	6.655	9.929	6.655
Vencido de 181 até 360 dias	7.411	1.188	7.411	1.188
Vencido acima de 361 dias	10.107	6.683	10.107	6.683
Total	264.524	158.269	266.437	158.263

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de *commodities*, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia compra e vende derivativos e também cumpre com obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Geralmente, a Companhia busca aplicar a contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade no resultado.

Risco cambial

A Companhia não está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia.

b) Análise de sensibilidade

Foram realizadas simulações à sensibilidade das posições existentes em 31 de dezembro de 2021, foram elaboradas para demonstrar apenas o impacto em possíveis cenários negativos às posições tomadas pela Companhia.

Como cenários prováveis foram adotados as posições e valores já reconhecidos contabilmente. Para os cenários "possíveis" e "remotos", utilizamos uma variação de 5% e 15%, respectivamente.

i) Variações nas taxas de juros

Grupo	Indexador	Risco	Saldo	Cenário I	Cenário II
Aplicações financeiras	CDI	Aumento do CDI	3.560	364	399
Capital de giro	CDI	Aumento do CDI	153.168	(15.681)	(17.174)
Conta garantia	CDI	Aumento do CDI	21.971	(2.249)	(2.463)
Total	-	-	-	(17.565)	(19.238)

30. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 39.616 para danos materiais.

31. Eventos subsequentes

- i) A Companhia efetuou em 2022, contrato com a Scania para a aquisição de 100 veículos pesados para a frota própria, ao montante total de R\$ 65.212, os quais estão previstos para começarem a ser entregues em abril de 2022. A Companhia também efetuou contrato com a Random para a aquisição de 100 implementos rodoviários (reboques), ao montante de R\$ 36.800. A aquisição dos imobilizados está em linha com a estratégia da Companhia para aumento da rentabilidade operacional.
- ii) A Companhia contratou consórcios com Bancos para aquisição dos imobilizados, com valores contemplados, conforme abaixo:
 - Consórcios – Banco Itaú – R\$ 38.309;
 - Consórcios – Banco Bradesco – R\$ 21.117;
 - Consórcios – Sicoob – R\$ 1.513;
 - Consórcios – Banco do Brasil – R\$ 1.005.

* * *